

BOLETIM DE INVESTIMENTOS

ECONOMIA EM AGOSTO DE 2025

Apesar de crescer abaixo da tendência de longo prazo, a economia global mostra resiliência no terceiro trimestre e deve crescer 1,7% (anualizado). Esse resultado reflete a implementação mais lenta das tarifas de importação pelos EUA e surpresas positivas na Europa e na Ásia. Observa-se, contudo, uma rotação inflacionária: enquanto o núcleo da inflação acelera nos EUA, outras regiões, em especial a Europa, registram arrefecimento, favorecidas pela queda nos preços de serviços. Assim, a economia global segue em transição para um novo equilíbrio, moldada pela recomposição das cadeias de produção, pelos realinhamentos geopolíticos e pela normalização das condições financeiras. Nos EUA, a atuação da administração atual em múltiplas frentes (comercial, geopolítica, imigratória, fiscal e monetária) tem elevado a percepção de risco dos investidores, refletida na maior inclinação da curva de juros. Há a tendência estrutural de depreciação do dólar quanto o aumento do prêmio de prazo devem permanecer como elementos centrais do cenário-base nos próximos trimestres. No curto prazo, a fraqueza do dólar tende a beneficiar as economias emergentes ao facilitar a condução da política monetária. Contudo, a elevação das taxas longas pode encarecer o financiamento e limitar o investimento nos países emergentes ao longo do tempo, exigindo monitoramento cuidadoso.

No Brasil, o governo enviou ao Congresso o Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) de 2026, que traz as projeções preliminares para crescimento econômico, inflação, juros e câmbio, além de receitas e despesas do governo central (Tesouro, INSS e Banco Central). Os principais destaques foram: a manutenção da meta de superávit primário em 0,25% do PIB (R\$ 34,3 bilhões), a projeção de salário-mínimo de R\$ 1.631,00 (+7,4% sobre 2025), receitas crescendo 8,9% a/a com expectativa de aprovação de medidas de arrecadação e despesas avançando 7,5%, refletindo desaceleração dos gastos previdenciários. Na avaliação do mercado, as receitas parecem otimistas e as despesas, subestimadas, um viés recorrente que deve ser ajustado no processo de votação no Congresso. A votação só deve avançar em novembro, quando as projeções serão atualizadas.

No lado da inflação, o IPCA-15 de agosto registrou deflação de -0,14% m/m, influenciada pelo crédito de Itaipu nas tarifas de energia elétrica. Apesar disso, alguns itens vieram mais pressionados do que o esperado: passagens aéreas (com deflação menor do que a projetada), serviços pessoais e educação (rematrículas escolares). Serviços como passagens aéreas e despesas pessoais são notoriamente voláteis, sem leitura estrutural sobre a demanda. Já a surpresa de alta em educação pode sinalizar a demanda mais resiliente. Contudo, a desaceleração do crescimento trimestral do PIB, de 1,3% no primeiro trimestre para 0,4% no segundo, reforça o diagnóstico de enfraquecimento da demanda. A demanda doméstica — composta por consumo das famílias, do governo e investimentos — recuou -0,2% após alta de 1,2% no trimestre anterior e média de 1,3% em 2024.

Dessa forma, a persistente pressão da inflação de serviços justifica a sinalização do Banco Central de manter juros elevados por mais tempo. No entanto, a continuidade da perda de fôlego da atividade deve abrir espaço para cortes a partir do fim do ano. O mercado enxerga a possibilidade de início do ciclo em dezembro de 2025, com a Selic encerrando o ano em 14,50%, refletindo tanto o efeito contracionista dos juros reais próximos de 9% quanto a contribuição desinflacionária da apreciação cambial.

ÍNDICES	MÊS	ANO
CDI	1,16%	9,02%
IMA-S	1,17%	9,20%
IDA-DI (CRÉDITO PRIVADO)	1,10%	10,89%
IMA-B	0,84%	8,84%
IRF-M	1,66%	12,94%
DÓLAR	-3,14%	-12,37%
IBOVESPA (AÇÕES BRASIL)	6,28%	17,57%
MSCI WORLD (Moeda original)	2,49%	12,67%
NASDAQ (Moeda original)	1,58%	11,11%
S&P 500 (Moeda original)	1,91%	9,84%